

Sarney classifica de retrógrada

JORNAL DO BRASIL

a nova Constituição

Nova Iorque — Reuter

Roberto Garcia

Correspondente

NOVA IORQUE — O presidente José Sarney disse ontem que tal como está redigida, a nova Constituição brasileira é um documento retrógrado, que precisa ser despojado de seus excessos. Num café da manhã com jornalistas do *New York Times*, do *Wall Street Journal* e do *Financial Times*, o presidente manifestou a esperança de que a maior parte das contradições existentes entre o texto atual e as necessidades de um Brasil aberto, próspero e moderno possam ser eliminadas na segunda votação do documento.

Sarney disse também que a América Latina está chegando ao fim do período em que o Estado era considerado responsável por tudo, “o pai salvador” ao qual todos podiam recorrer para se salvar de prejuízos ou da falência. “Era um capitalismo sem risco, um modelo que chegou à exaustão”, afirmou o presidente.

O presidente disse que tanto o México quanto a Argentina e o Brasil estão fazendo ajustes rápidos para superar esse modelo e que a privatização é um dos caminhos para isso. Ele lembrou que, na semana passada, foi privatizada a empresa Aracruz Celulose e atualmente estão sendo feitos planos para tirar o Estado da siderurgia. Diante da falência do Estado, afirmou o presidente, só haveria agora dois caminhos. No primeiro deles, a América Latina se liberta dos entraves da burocracia, das regulamentações excessivas, abre a economia e se moderniza. “O outro caminho é o *big bang*, a explosão”, afirmou Sarney, acrescentando estar convencido de que o Brasil optará pela racionalização crescente da economia.

Mais tarde, numa entrevista coletiva a jornalistas brasileiros que cobriram sua viagem aos Estados Unidos, o presidente disse considerar injusta a vinculação de seu governo à corrupção, dizendo que “nunca a Polícia Federal abriu tantos inquéritos para apurar irregularidades e nunca o Banco Central tomou tantas providências restritivas contra escândalos e puniu tantos responsáveis por escândalos financeiros”. Ele lembrou: “Nós decretamos que os passivos na área financeira ficassem sujeitos à correção monetária, o que evitou a repetição dos escândalos que nós vimos durante tanto tempo no passado”. Sarney acrescentou que seu governo promoveu a lei contra crimes de *colarinho branco*.

Sarney repetiu, orgulhoso, que em seu governo não foi até agora decretada qualquer prontidão militar. Isso demonstraria a falta de base para acusações de que seu governo é tutelado por militares. “No Brasil de hoje, não temos nenhum grupo, nem na área militar nem na área civil, que possa ser de radicais, que não esteja engajado dentro do processo da transição democrática”, afirmou.

Perguntado sobre como conciliar o discurso desarmamentista e pacifista que fizera na ONU com a posição de sexto exportador de armas no mundo, Sarney disse que “é falso que o Brasil seja grande exportador de armas”. Levando em conta o que outros países vendem de armamentos no exterior, o Brasil seria um exportador muito modesto desses equipamentos. O presidente afirmou que o país exporta especialmente fardamentos, barracas e equipamento que não devem ser classificados como armas. Além disso, o país só venderia armas para a defesa e não para qualquer país que esteja em conflito. Apesar disso, no discurso que fez na ONU, reafirmou que o Brasil domina uma das tecnologias mais sensíveis do mundo: o enriquecimento de urânio. Além disso, sabidamente, o governo brasileiro vende equipamento para o Iraque, nação que atacou o Irã e está envolvida numa guerra prolongada com aquele país.

Depois das duas entrevistas, Sarney foi para o edifício das Nações Unidas, onde se encontrou com o primeiro-ministro do Afeganistão, Mohamed Najibullah, com o presidente de Chipre, Georges Vassiliou, e, finalmente, com o presidente do México, Miguel de la Madrid. Os dois primeiros líderes pediram o encontro porque este ano o Brasil é membro do Conselho de Segurança da ONU e, por causa disso, poderá estimular negociações de paz entre facções de seus respectivos países. Com De 1ª Madrid, o encontro visou principalmente uma discussão geral sobre as negociações da dívida externa que os dois países estão mantendo.